

Combate às dissidências políticas: eugenismo, biopolítica, sub-cidadanias e genocídio

Combating Political Dissidence: Eugenics, Biopolitics, Sub-citizenships, and Genocide

José Luiz Quadros de Magalhães*

RESUMO

O livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é frequentemente chamado de “Bíblia da Nacionalidade” devido à sua profunda análise da sociedade brasileira, especialmente no contexto da Guerra de Canudos. Este importante livro do escritor e jornalista brasileiro Euclides da Cunha foi publicado em 1902 e é considerado como o primeiro livro-reportagem brasileiro. A obra trata dos eventos da guerra, antecedido de um estudo da região e suas características geográficas e geológicas, explorando ainda as raízes culturais, sociais e étnicas do Brasil, estabelecendo um diálogo entre a ciência, a literatura e a história. O presente artigo analisa os elementos fundamentais da racionalidade moderna partindo da obra *Os sertões*, para pensar a formação da nacionalidade brasileira. Estes fundamentos sustentam a construção do Estado nacional, suas instituições assim como a economia moderna capitalista e são eles: a lógica binária subalterna; a linearidade histórica; o universalismo europeu; o individualismo e a transformação da natureza em recurso a ser explorado por este indivíduo separado da natureza.

Palavras-chave: Identidade nacional; Euclides da Cunha; Canudos.

ABSTRACT

The book *Os Sertões* (Rebellion in the Backlands), by Euclides da Cunha, is frequently referred to as the “Bible of Brazilian Nationality” due to its profound analysis of Brazilian society, particularly in the context of the War of Canudos. This important work by the Brazilian writer and journalist Euclides da Cunha was published in 1902 and is considered the first Brazilian literary non-fiction/reportage book (livro-reportagem). The work addresses the events of the war, preceded by a study of the region and its geographic and geologic characteristics, further exploring the cultural, social, and ethnic roots of Brazil, establishing a dialogue among science, literature, and history. The present article analyzes the fundamental elements of modern rationality, drawing from *Os Sertões*, in order to reflect upon the formation of Brazilian nationality. These foundations underpin the construction of the national State, its institutions, as well as the modern capitalist economy, and they are: the subaltern binary logic; historical linearity; European universalism; individualism; and the transformation of nature into a resource to be exploited by this individual separated from nature.

Keywords: National identity; Euclides da Cunha; Canudos

Artigo submetido em 11 de setembro de 2025 e aprovado em 29 de setembro de 2025.

* Professor Adjunto da PUC Minas e Professor Titular da UFMG. Presidente da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Belo Horizonte; Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética regional Minas Gerais e Vice-Presidente da Academia Brasileira de Direitos Humanos. E-mail: jlqmagalhaes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Estudamos em diversas obras as características fundamentais da racionalidade moderna e remetemos o leitor a nossa mais recente obra sobre o tema, *O novo constitucionalismo latino-americano – O Estado Plurinacional e a diversidade decolonial*, publicada em 2025 pela Editora Dialética.

Os elementos fundamentais da racionalidade moderna que sustentam a construção do Estado nacional, suas instituições assim como a economia moderna capitalista são a uniformização; a lógica binária subalterna; a linearidade histórica; o universalismo europeu; o individualismo e a transformação da natureza em recurso a ser explorado por este indivíduo separado da natureza.

O livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é frequentemente chamado de “Bíblia da Nacionalidade” devido à sua profunda análise da sociedade brasileira, especialmente no contexto da Guerra de Canudos. Este importante livro do escritor e jornalista brasileiro Euclides da Cunha foi publicado em 1902 e é considerado como o primeiro livro-reportagem brasileiro. A obra trata dos eventos da guerra, antecedido de um estudo da região e suas características geográficas e geológicas, explorando ainda as raízes culturais, sociais e étnicas do Brasil, estabelecendo um diálogo entre a ciência, a literatura e a história.

A obra questiona nos traz reflexões importantes para a Teoria do Estado, criticando o nacionalismo exacerbado e a visão idealizada do Brasil, apresentando uma visão crítica, plural e realista da sociedade da época, com suas contradições e desigualdades.

Os Sertões influenciou o pensamento sobre a identidade nacional brasileira, a relação entre o centro e a periferia, e a importância de integrar as diferentes regiões e grupos sociais do país.

É de um Euclides observador preciso e rigoroso e hábil na construção de imagens que outros escritores brasileiros como José Lins do Rego e Graciliano Ramos herdarão, cada um a sua maneira, as bases de um regionalismo maduro e a análise de sua diversidade.

Os Sertões, de Euclides da Cunha, é um livro dividido em três partes principais: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*. A obra descreve o sertão nordestino, sua geografia, seus habitantes (especialmente o sertanejo e o jagunço), e a Guerra de Canudos. O evento principal descrito na obra analisa o confronto entre as forças militares da República e os habitantes de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro.

Na primeira parte do livro é feito um levantamento geográfico e geológico da região. É importante entender o meio para entender a cultura e as pessoas que são construídas pela história que se desenvolve nesse meio. Neste sentido, o elemento território, como elemento constituinte dos Estados modernos, não se resumem, simplesmente ao território para exploração de recursos, mas como é estabelecida uma relação histórica e cultural entre o território e as pessoas que o habitam. O elemento território é fundamental para a compreensão de outro elemento fundamental do Estado moderno: o povo. Povo compreendido no sentido de um grupo que compartilha uma identidade e não apenas como população como elemento quantitativo.

Nesta parte do livro não se trata ainda de um enredo, de uma história. Ele descreve a terra com saber científico, como se escrevesse um livro de biologia ou de geografia. Descreve as características de todo o lugar, do clima, da seca, da água, do deserto, da caatinga, para posteriormente estabelecer a relação entre terra, pessoas e história (contexto). O maior problema desta terra era a seca, a principal calamidade, que, segundo ele, era cíclica.

Para descrever o território foram usados cinco capítulos. Começa com a entrada para o sertão, as primeiras impressões passando pela vista do alto de Monte Santo, do alto da Favela, o clima, as secas. Neste momento desenvolve hipóteses para a gênese das secas. As caatingas. O juazeiro. A Tormenta. A ressurreição da Flora. O umbuzeiro. A jurema. As manhãs sertanejas.

O sertão paraíso. Finalizando com a hipótese de como se faz um deserto e como se extingue o deserto. O martírio secular da terra.

A segunda parte do livro traz a pessoa. Uma perspectiva antropológica e sociológica. Euclides da Cunha fala sobre os habitantes do local, especialmente do sertanejo, do jagunço e do cangaceiro. Não se trata somente de uma região separada geograficamente. Este espaço, distante do litoral, com pessoas esquecidas, ignoradas, também é separado temporalmente. Foram abandonados. Este espaço e tempo, portanto, são fundamentais para entender as pessoas que nele se constroem e as histórias que podem construir em relação ao espaço no seu tempo.

Ele falou do “homem”, o habitante da terra que fora descrita, sobre sua relação com ela, sobre a gênese étnica do sertanejo, do seu comportamento, sobre o que acreditava e seus costumes e também focou detidamente na figura de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro (1830-1897). Ao falar da resistência o foco é Antônio Conselheiro, e até sua genealogia e seus objetivos estão na obra. Ele apresentou o caráter desse líder de Canudos, como foi seu passado, a vida na comunidade de Canudos segundo os habitantes e segundo os visitantes.

O Sertanejo é uma espécie forte e defeituosa ao mesmo tempo. É aquele que sobreviveu apesar do meio que o cercava. Esse estudo antropológico e sociológico foi dividido em 5 capítulos também. Começa chamando a atenção do problema étnico no Brasil e a grande variedade do meio físico e seu reflexo na história. Ação do meio na fase inicial da formação das raças. A formação brasileira no Norte. Os primeiros povoadores. A gênese do mulato. A gênese dos jagunços. A Função histórica do rio São Francisco. Os jagunços, colaterais prováveis dos paulistas. O vaqueiro. Fundações jesuíticas na Bahia. Causas favoráveis à formação mestiça dos sertões, distinguindo-a dos cruzamentos no litoral. Uma raça forte.

Posteriormente trata do sertanejo e os tipos díspares que marcam este imenso país: o jagunço, o gaúcho, o vaqueiro. Fala da servidão inconsciente, da vaquejada, da arribada, do estouro da boiada. Tradições. Danças. Desafios. A seca. O Insulamento no deserto e de uma religião mestiça. Fatores históricos da religião mestiça. De um caráter variável da religiosidade sertaneja. A “Pedra Bonita”. Monte Santo. As missões. Os “Serenos”.

Finalmente Antônio Conselheiro, documento vivo de atavismo. Um gnóstico bronco. Grande homem pelo avesso. Representante natural do meio em que nasceu. Fala dos antecedentes de família: os Maciéis. Das lutas entre Maciéis e Araújo. Uma vida bem auspiciada. Primeiros reveses. A queda. De como se faz um monstro. Peregrinações e martírios. Lendas. O asceta. As prédicas. Profecias. Lendas para o sertão. No quinto capítulo sobre os “homens”, a análise de seus feitos: Canudos, seus antecedentes, o crescimento vertiginoso, uma população multiforme. De uma polícia de bandidos. Das depredações. Do templo. Da estrada para o céu e das rezas. Dos agrupamentos bizarros e o “beija” das imagens. Por que não pregar contra a República? Uma missão abortada. Um retrato do Conselheiro e um maldição sobre a Jerusalém de taipa.

A terceira parte do livro nos mostra “A luta”, a resistência. Uma vez entendido o sertanejo e a coletividade, entende-se o momento histórico. Os embates entre aqueles tidos por bandidos do sertão (sertanejos) e o exército nacional brasileiro são o destaque desta terceira parte. Canudos contava com mais de 20 mil habitantes por ocasião das 4 expedições do exército indo atacar o lugar. Somente uma testemunha ocular poderia tratar da guerra de Canudos de forma tão real e Euclides da Cunha foi uma. Pôde falar da fome, da peste, da miséria, da violência e da insanidade da guerra.

Na primeira expedição o tenente Pires comandando 100 homens segue para atacar Canudos. Porém foram surpreendidos e derrotados pelos jagunços de Uauá. A segunda expedição o major Febrônio de Brito e seus 500 homens foram emboscados em terrenos acidentados no Morro do Cambaio e em Tabuleirinhos. Foram reduzidos a 100 e recuaram.

A terceira expedição o coronel Moreira Cézar chega comandando 1500 homens e canhões. Os sertanejos mais uma vez usaram o terreno a seu favor, procuravam sempre o combate corpo a corpo e desorganizavam as tropas. Quando elas se retiraram deixaram para trás as armas, as munições e até os canhões.

A quarta foi comandada pelos generais Artur Oscar, João Barbosa e Cláudio Savaget que lideraram 5000 homens. A estratégia foi dividirem-se em colunas e eles conseguiram tomar boa parte do Arraial de Canudos, mas os soldados sofriam muito com a fome e com a sede. Em agosto de 1897 entraram 8000 homens no sertão para lutar. Foi uma matança sem precedentes. Eles foram comandados pelo próprio Marechal Carlos Bittencourt, ministro da Guerra.

Os movimentos das tropas foram descritos com detalhes. Por muitas vezes Euclides da Cunha trata individualmente de ações e traz ao leitor casos isolados, bem marcantes, que evidenciam o motivo tolo do massacre realizado em Canudos.

O motivo de tudo? Primeiro, Antônio Conselheiro reclamou um estoque de madeira que não havia sido entregue e isto se tornou motivo para taxar a comunidade de monarquista e digna de extinção. Um pretexto. Já se falava em apoio externo e derrubada do governo. O Estado nacional não poderia aceitar uma autonomia de tal monta. Canudos ameaçou a uniformização, a padronização e subordinação impostas pelo poder centralizado do Estado brasileira em processo de construção da nacionalidade. Da identidade nacional. As suspeitas foram elevadas a tal ponto que o exército nacional foi enviado para pôr fim a Canudos.

A obra mostra como homem desse meio é sofrido, mas também resistente. Porém é mais isolado, não acompanha o passo da civilização, do progresso. O Estado moderno veio para impor a civilização uniforme, o desenvolvimento e o progresso. O povo de Canudos vivia com elementos religiosos e superstições. Isto não podia ser tolerado pela modernidade republicana.

Um outro aspecto da obra, e do olhar de Euclides da Cunha, é o de um sertanejo que quase não fala. É a construção do outro subalterno, como veremos a seguir. Eles são brutos, como animais, quase monossilábicos. A perspectiva hegemônica é do republicano. Personagens assim, com pouca fala e animalizados são também presentes na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. Aí está a construção de uma lógica binária subalterna, elemento da racionalidade moderna que se acentua com a república moderna.

A história termina com o fim de Canudos, um trágico desfecho. Os sobreviventes foram um velho, dois adultos e uma criança.

Porque Canudos não podia continuar? Neste momento precisamos compreender a formação da unidade nacional que exige uniformização, padronização e a rejeição a qualquer autonomia de poderes locais diversos que ameacem esse processo. O Brasil estava em processo de construção de uma identidade, e a diversidade sempre foi considerada uma inimiga perigosa para a manutenção da unidade nacional ameaçada por diversos outros conflitos no decorrer do século XIX, especialmente.

2 A MODERNIDADE, A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A VIOLÊNCIA CONTRA A DIVERSIDADE EM VARIADAS FORMAS

Com a finalidade de estabelecer os contornos do que chamamos de modernidade e entender este processo também na formação do Estado no Brasil e a contribuição do livro “Os Sertões”, vamos trabalhar alguns pontos que podemos encontrar recorrentemente no pensamento hegemônico moderno, em autores, discursos e práticas. Perceberemos que em diversos momentos das histórias e estórias deste período, nas tentativas de resistência, nas assimilações, nas tentativas de rupturas, e inclusive nas insurreições e revoluções durante a modernidade, esses fundamentos da estrutura racional moderna (um, alguns ou todos) aparecem de forma insistente, como armadilha que nos impede de fugir do círculo vicioso, aparentemente interminável, do “pântano moderno”.

Nos conceitos de história e estória encontramos a modernidade aprisionando o sentido, criando a história oficial com suas datas e personagens, mitos do herói nacional, de guerras heroicas que ajudam a construir a identidade nacional, forjada sobre o reconhecimento de alguns e o ocultamento de muitos. Quem conta a história? Qual história? História ou estória? A história é morta, oficial, presa a datas e nomes. A estória é viva, memória, diversa, plural e em permanente processo de transformação. Aliás, porque retiraram a palavra “estória” dos dicionários? Não podemos aceitar que “gramáticos” oficiais venham dizer o sentido das palavras ou venham decretar o fim de “palavras”. Citando Rubem Alves (2005):

Tenho raiva dos gramáticos. Fernando Pessoa também tinha. Os gramáticos se sentem no direito de proibir palavras. Tiraram ‘estória’ do dicionário. Agora só se pode dizer ‘história’. Mas o que tem ‘história’ a ver com ‘estória’? ‘A estória não quer tornar-se história’, dizia Guimarães Rosa. A história acontece no tempo que aconteceu e não acontece mais. A estória mora no tempo que não aconteceu para que aconteça sempre.

Podemos dizer que a história, desta forma congelada, é uma impossibilidade, logo uma distorção proposital, uma estratégia de construção de uma identidade forjada. A história na modernidade tem a função de ocultar as estórias. É a substituição de várias visões, compreensões e perspectivas por uma única versão, morta, recontada infinitas vezes para reafirmar uma única identidade, com seu monte de nomes e datas. Vi escrito em um muro da Faculdade de Filosofia da UFMG: “Haja presente para tanto passado”. A história é o passado, a memória é o presente. Difícil construir algo novo com tanto passado nos aprisionando. Daí talvez seja interessante pensar em um processo de psicanálise coletiva, como resgate da estória como forma de agir, com a liberdade possível decorrente do conhecimento desocultado. A história oficial aprisiona e a memória pode nos tornar fortes para construir um presente diverso. Há um passado que aprisiona, mas há uma construção coletiva da memória que pode nos permitir alguma liberdade.

Vamos perceber que nas insurreições e revoluções que ocorrem no período moderno, nos movimentos de contestação, as tentativas de fazer diferente (as infiltrações), quase sempre caem nas armadilhas modernas, ou são, simplesmente, modernas. Voltamos a fazer de novo, repetindo práticas com as quais queríamos romper, ou então queremos romper com algo que não sabemos muito bem o que é. Daí a importância de identificar alguns pontos (elementos da modernidade, que caracterizam a modernidade), que recorrentemente se apresentam, repetem, voltam, como fantasmas que nos aprisionam neste círculo moderno.

Vamos a seguir enumerar e comentar os elementos fundantes da racionalidade moderna, de uma lógica hegemônica, de uma forma de pensar que permite a construção da modernidade de matriz europeia, justificando a violência desmedida para a construção e manutenção do Estado moderno, essencial, até agora, para a economia moderna capitalista.

A fúria do Estado brasileiro contra Canudos pode ser melhor compreendida a partir da compreensão dos fundamentos da razão moderna, que ainda justifica as enormes violências contemporâneas.

2.1 Uniformização

Não é possível o poder centralizado e hierarquizado do estado moderno sem a uniformização de valores, compreensões e comportamentos. A normalização é essencial para o projeto de poder moderno e logo, da economia, do direito e do estado moderno. O desafio é ainda maior na formação de um estado nacional da dimensão do Brasil, mas o processo de uniformização e de exclusão radical do outro considerado diferente foi realizado com imensa violência.

Um aspecto distinto da construção de uma identidade “brasileira” é o fato de que o “outro” subalterno, que permite o projeto “narcisista” de construção da identidade nacional, no lugar de ser expulso do território do nascente Estado, como ocorreu com Portugal e Espanha com a expulsão dos muçulmanos e judeus, aqui ele é mantido como o “outro” desumanizado, subalterno, permanentemente violentado. Este outro subalternizado é o habitante originário (os indígenas) e o africano sequestrado e escravizados, ambos ocultados pelas palavras de violência “índio” e “negro”.

Podemos perceber que este primeiro elemento da “modernidade” está presente nas preocupações do poder e continua sendo necessário para sua continuidade. Uma uniformização de direitos por meio de um falso universalismo; a existência de mecanismos padronizadores; a ampliação do direito punitivo para os não enquadrados; a padronização dos gostos ocultada por uma possibilidade de escolher cada vez mais, do mesmo, como sendo elemento fundamental da sociedade de ultra consumo neste momento de radicalização e esgotamento da modernidade. É fundamental que todos gostem de consumir as mesmas bugigangas, e que possam escolher o que definitivamente não importa: a cor, o modelo, a marca, o design, da mesma coisa. A padronização é travestida de diversidade.

Nesta necessidade de padronização do poder moderno os mecanismos de uniformização e controle são cada vez mais sofisticados. Em diversos trabalhos tivemos a oportunidade de discutir a questão da ideologia com autores fundamentais para a compreensão do tema.¹ A escola moderna continua em grande parte cumprindo a finalidade para a qual foi inventada: padronizar, uniformizar, domesticar. O mesmo ocorre cada vez mais na universidade: padrões de qualidade e controle; produtividade; controle; classificações de meios de divulgação; selos de qualidade; “qualis” de revistas nas quais as publicações são validas; medição de produtividade; enfim, um ultra controle que inibe o novo e premia o que está dentro do padrão.

2.2 Lógica binária subalterna (nós *versus* eles)

Voltando à origem dos estados modernos e dos sistemas de controle do pensamento e dos corpos, devemos lembrar que estes estados desenvolvem um projeto uniformizador a partir de uma hegemonia. A modernidade ocidental caracteriza-se pela *hegemonia de um grupo sobre os demais, subalternizados. Assim, uma imensa diversidade será ocultada.*² Na Espanha,

¹ Um livro importante sobre o tema: ZIZEK, Slavoj (compilador). **Ideologia, un mapa de la cuestión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

² Sobre o tema, muitos livros. Podemos sugerir neste momento a leitura de Walter Mignolo que escreve no livro organizado por Edgardo Lander: MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. Outros artigos muito interessantes podem ser encontrados neste livro como o de Enrique Dussel, “Europa, modernidade e eurocentrismo” onde o autor trabalha um outro conceito de modernidade e desconstrói o mito da herança grega ocidental entre outros; e o artigo do organizador Edgardo Lander, “Ciencias sociales, saberes coloniais e eurocentrismo”. Neste texto Edgardo Lander nos apresenta três outros autores que estudam o tema: TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995; ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995; e CORONIL, Fernando. **The Magical State: Nature, Money and Modernity in Venezuela**. Chicago: Chicago University Press, 1997. Trouillot, trabalha a revolução haitiana, encoberta pela história hegemônica que naturaliza a hegemonia branca europeia. Escravos negros no Haiti não poderiam fazer uma revolução. Escobar traz importantes reflexões sobre o discurso ideológico do desenvolvimento defendendo a necessidade de desnaturalizar e desuniversalizar a modernidade. Para esta tarefa, o Autor defende a necessidade de construção de uma antropologia da modernidade. Finalmente, Fernando Coronil, faz interessantes reflexões sobre a relação entre história e geografia e como a modernidade estabeleceu uma hegemonia do tempo sobre o espaço e da cultura sobre a natureza. Tal hegemonia ideológica (falsa) permite o ocultamento de uma compreensão holística desta mesma modernidade e da hegemonia europeia.

castelhanos sobre bascos, galegos, catalães, valencianos; no Reino Unido ingleses sobre escoceses, galeses, irlandeses; no Brasil o homem branco europeu sobre “negros” e “índios”.

Percebamos mais uma equação moderna: neste processo de construção de um *padrão hegemônico uniformizado* haverá o *nós (superior)*; o *eles (subalternizado uniformizado)* e muitas vezes o *terceiro excluído*, no caso dos estados nacionais europeus são estes os muçulmanos e judeus expulsos, que não podem participar ou sequer permanecer no território desses estados no momento de sua formação. Reparem, entretanto, que este outro desnecessário na constituição interna, se torna necessário na construção da hegemonia externa, do estado espanhol em relação a outros estados e/ou nações. Assim, este “desnecessário” na constituição interna das relações de poder do nascente estado moderno espanhol, torna-se fundamental na construção desta nova identidade espanhola. Como já dito, a construção da identidade nacional é um projeto narcisista, e logo necessita do outro subalternizado, inferior, bárbaro, infiel, selvagem ou qualquer outra coisa considerada menor.

Nas relações internacionais também isto se reproduz: civilizadores versus incivilizados. Um elemento que precisa ser estudado é a necessidade e ou existência deste terceiro excluído. Ele sempre está aí? Se está, porque? Este terceiro excluído nestas relações modernas será aquele que não conta para a hegemonia do poder. Se há um civilizador e um bárbaro (civilizável) o terceiro excluído é aquele que não interessa que seja civilizado. Não importa nem para isto. O bárbaro, o selvagem, o outro diferente é fundamental no projeto moderno, inclusive para justificar (explicar) a pretensão de superioridade do civilizador. Afinal, o narcisismo fundamenta a criação da identidade de quem afirma ser superior. O terceiro excluído é aquele desnecessário até mesmo para que o “nós” se afirme como superior ao “outro”, a “eles”. Este outro invisível cresce em número.

Importante ainda lembrar que esta relação binária subalterna, “nós” versus “eles”, se reproduz em todas as relações, desde as relações macro, internacionais, passando pelas relações de poder no âmbito de regiões, estados nacionais, subnacionais, cidades, igrejas, comunidades, bairros e famílias, inclusive muitas famílias que estariam, em princípio, fora do padrão moderno, acabam por reproduzir o mesmo padrão moderno do qual inicialmente pretendiam se diferenciar: famílias e casais gays que reproduzem a subalternidade presente na relação moderna do masculino e feminino é um exemplo presente.

Mais adiante vamos estudar o conceito de “infiltração” e como é possível fazer diferente do padrão, como forma de resistência e até mesmo como pretensão de ruptura.

A lógica “nós versus eles” nos ajuda a entender como é possível viver em uma metrópole moderna. Em meio à violência, exclusão e miséria radical, com as quais convivemos, o que ajuda as pessoas a continuarem ignorando tudo isto é justamente o fato de que aparentemente isto não lhes diz respeito. Os tantos mortos são os “outros”, são “eles”, diferentes de “nós”. Os que morrem todos os dias justificam as políticas de segurança, políticas de encarceramento. “Eles” justificam a desigualdade de cada dia. Eles não podem ser iguais a “nós”. Os que estão nestas cifras são os que contam e são necessários para explicar tudo isto, são eles os monstros, bárbaros, violentos e cruéis contra os quais o estado deve fazer sua guerra diária. Daí uma polícia “militar”: não é uma polícia que protege, mas uma polícia feita para a guerra, uma polícia que mata o “outro” selvagem. Fora das cifras, estão aqueles que não são necessários nem para engordar as cifras. Afinal, devemos manter os percentuais sob controle.

Mais uma equação é necessária ser compreendida: afinal em que medida não nos reconhecemos neste “outro” subalternizado, animalizado ou coisificado? Ou seria justamente por nos reconhecermos neste “outro” inferior que queremos destruí-lo? Mas é claro que não podemos destruí-lo pois sem “eles” desaparece a justificativa e aparece a falência da modernidade.

Na África colonial, ou na América, o indígena, o habitante originário foi radicalmente excluído do ensino formal e do acesso ao conhecimento e às técnicas. O invasor europeu construiu um estado e uma economia que exigia o domínio de um conhecimento e de técnicas que eram negadas ao invadido, ampliando sua submissão e dependência. O que os grupos hegemônicos fazem: criam conhecimentos e técnicas que justificam a sua superioridade e proíbem aos subalternizados o acesso a este conhecimento e técnica, o que reforça e “comprova” esta falsa superioridade. Toda uma estrutura é criada para manter a hegemonia intacta em um jogo de encobrimentos e de discursos ideológicos, entendendo aí, ideologia como distorção proposital e encobrimentos.

Jacques Sémelin, no livro *Purificar e destruir* (2009), nos mostra como a exacerbação da modernidade, do estranhamento do outro inferiorizado, foi capaz de gerar genocídios, e como é possível encontrar um padrão de subalternização que pode levar ao extermínio do outro “coisificado”. Como que em etapas de transformação do outro em coisa podemos perceber alguns passos que se repetem:

- a) *Em primeiro lugar a transformação da política em uma competição: adversários que se encontram em uma competição pela vitória de seus argumentos diante da “opinião pública”.* A “opinião pública” passa a ser mais uma invenção moderna, que ganha contornos sofisticados. Como observa Zizek (2004), os argumentos de Hitler se mostraram mais convincentes e ganharam a opinião pública na Alemanha, na década de 1930. Mesmo que seja claro, que não se tratavam de argumentos racionais, mas de estratégias variadas e sofisticadas para cooptar, envolver as pessoas, em um discurso ideologizado (ideologia enquanto distorção proposital), com uso da emoção e da estética, a busca da vitória do projeto capitalista conservador, ultra nacionalista e racista, por meio de técnicas de manipulação, encobrimento e distorção do real, foi eficaz em ganhar o apoio de uma parcela expressiva da população, naquele momento.
- b) Entretanto, neste estágio, não bastava ao nazismo (e aos fascismos), que seus argumentos vencessem eleições ou plebiscitos. Lembremos que os nazistas fizeram uma representação expressiva no parlamento, o que possibilitou a eleição de Hitler como chanceler em aliança com os Conservadores de direita. O adversário político não poderia continuar sendo um mero adversário, o que poderia permitir que ele chegasse ao poder em um outro momento. *O projeto de poder era (ou continua sendo) totalizante. Logo, o adversário foi transformado em inimigo.* Hoje criaram-se adversários que representam a mesma coisa, o mesmo projeto, exterminando ideologicamente ou criminalizando quem representa uma alternativa real de poder. Os exemplos são muitos: Republicanos e Democratas nos EUA ou partidos de centro-direita e centro-esquerda na Europa. O projeto é o mesmo com variações de estilo, discurso e forma. Ou seja, o projeto de “democracia” liberal é também totalizante, mas de uma forma mais sutil, onde adversários permitidos alternam nomes no poder (com basicamente o mesmo projeto) enquanto as alternativas reais de poder são encobertas, desmoralizadas ou criminalizadas (o inimigo político é transformado em criminoso; ou imoral; ou pecador; ou antigo, ultrapassado; ou louco). Percebam isto, diariamente, na grande mídia no Brasil, como o outro, o não permitido, o que foge do padrão, é tratado. Percebam como as políticas que não se

adequam ao padrão neoliberal são expostas nos jornais das grandes redes de TV. É fácil notar, se estiver atento, a pretensão totalitária (totalizante), onde tudo que não é o padrão (de democracia, de economia, de política) deve ser extirpado por meio de sua ridicularização ou outros procedimentos. O projeto de poder do chamado “neoliberalismo” é um projeto totalizante. Note que a hegemonia neoliberal foi construída ao lado do discurso do “fim da história” de Francis Fukuyama. A tese era (ou ainda procura ser) de que a história acabou com a derrota da esquerda (do comunismo e do socialismo real). Há UM projeto vencedor, uma economia possível, um direito possível, uma sociedade possível. A diferença do projeto totalizante da extrema direita (nazista e fascista) da década de 1930, é que o discurso agora vem acompanhado de palavras como “direitos humanos” (de propriedade e liberdade empresarial); e “democracia representativa”, onde escolhemos variações de um mesmo tema, de um mesmo projeto. Qualquer partido que coloquemos no poder por meio do nosso voto fará o mesmo, com variações de discurso, estilo e formato. As diferenças permitidas são cada vez menores. Os partidos, grupos, movimentos sociais, ideias, que representam efetivamente algo diferente passam a ser cada vez mais criminalizados, excluídos, ou combatidos pelos “meios de comunicação”, por meio de uma manipulação de extrema radicalidade. Estamos mergulhados em uma guerra ideológica, e esta pode ser facilmente percebida nas redes sociais e na imprensa brasileira: TV, rádio, jornais e revistas.

c) *Depois de transformar o adversário político em inimigo, o seguinte passo será o de sua subalternização.* O outro não é um adversário ou inimigo que tenha a mesma estatura moral ou racional. Este outro então, inimigo, é subalternizado, desmoralizado e animalizado;

d) *O passo seguinte: surge o discurso da pureza moral (e ou racial, política, etc).* O puro é extremamente perigoso. Lembremos uma passagem extremamente elucidativa, presente na Bíblia. Aquele que se julga puro, é justamente aquele que é capaz de apedrejar. O discurso da pureza é a antessala do extermínio em massa. O puro tem como contrário o impuro: começa a coisificação do outro;

e) *O próximo passo será a geração sistemática do medo.* Percebam como é atual e permanente este processo. Este outro, adversário, transformado em inimigo, subalternizado, animalizado e coisificado, agora é transformado na grande ameaça a tudo o que mais prezamos. Neste momento seremos todos amedrontados, diariamente, continuamente;

f) *A seguir, um fato. O estopim. É quando este “outro” pratica um ato visível para todos. Quando o que tínhamos se torna realidade: o passo seguinte é o extermínio e a violência sem limites.*

2.3 Linearidade histórica

Outro mecanismo que fundamenta a lógica moderna é a percepção da história enquanto evolução, desenvolvimento, progresso: a linearidade histórica.

A ideia de linearidade histórica, ainda estudada nas escolas modernas pelo mundo afora, cria a ideia de que existe um único caminho a ser percorrido em direção ao desenvolvimento (progresso, evolução) e que as diversas sociedades estariam em graus distintos de evolução. Note-se que podemos encontrar a expressão diversas civilizações. Mas, o reconhecimento de diversas civilizações ocorre, geralmente no tempo. Ou seja, em tempos distintos temos civilizações distintas: o Egito antigo; a Índia; China; Grécia; Roma, etc. Este geralmente é o formato dos livros didáticos em nossas escolas modernas. Ou seja, a Índia, a China, a Grécia, o Egito, foram importantes civilizações. Se elas foram, qual atualmente é?

É mais difícil encontrar referências à existência de civilizações distintas convivendo em um mesmo momento. Quando isto ocorre, não há em geral uma referência a uma convivência entre estas civilizações, mas um confronto de civilizações. Desta forma, uma delas estará sendo superada pela outra. Ou seja, de novo, o outro diferente é sempre subalternizado. O confronto entre um oriente (eles) e um ocidente (nós) é um dos motes modernos, onde o outro oriental, muçulmano, hindu, budista, árabe, chinês, asiático, é apresentado como perigoso, estranho, atrasado³. É comum as referências na imprensa “livre” sobre as violências do oriente perigoso. O Irã dos Aiatolás; a China autoritária; a Coreia do Norte; a Arábia Saudita, todos estados que não teriam chegado à modernidade, pois não incorporaram os valores de “democracia” e “direitos humanos” do “ocidente” evoluído, desenvolvido. Não há, portanto, na racionalidade moderna hegemônica, geralmente, civilizações convivendo de forma não hegemônica, como projetos distintos e possivelmente complementares. Há sempre a pretensão de uma civilização suplantando a outra. Em outras palavras, há um projeto civilizatório, que todos devem seguir para serem desenvolvidos, e este projeto é o ocidental. Com isto perdemos a possibilidade de compreensão da história de outras civilizações, e como, e porque, por exemplo, os fundamentalismos religiosos se manifestam (seja cristão, muçulmano ou judeu). Perdemos a dimensão de compreender a África hoje, fruto da violência e saques permanentes dos invasores, e como a pluralidade de perspectivas de mundo foi encoberta, exterminada, deturpada, e ainda se encontra oculta. Perdemos mesmo a compreensão de como a Arábia Saudita se transformou em um estado moderno, com uma moderna monarquia absolutista. Tudo é simplificado e jogado na lógica binária subalterna.

Nesta linearidade histórica ouvimos mesmo absurdos como a expressão de modernidade tardia, ou capitalismo tardio, como se alguns países do continente “americano”, por exemplo, que foram chaves na construção do mundo capitalista moderno, só agora chegassem à modernidade e ao capitalismo evoluído. Ora, se existe este sistema econômico, ele se construiu enquanto tal, justamente com a exploração dos recursos naturais da América, África, Ásia e Oceania, e com a colonização, opressão e incontáveis violências contra os povos originários destes continentes. O capitalismo moderno não é mais Suécia ou os Estados Unidos, do que a Somália, o Paraguai, o Brasil, Burkina Faso, Congo ou México, ou qualquer outro estado nacional que se constitui a partir do projeto moderno e se inseriu neste projeto com papéis distintos, alimentando o sistema com mão de obra escrava e/ou barata; com recursos naturais, ou como consumidor destes recursos ou do produto no qual estes recursos foram transformados. Este sistema só foi possível por que se constituiu enquanto um sistema global de exploração, guerras coloniais, exploração, escravidão e colonialidades.

³ Com a China contemporânea tudo mudou. A Europa e EUA mergulhados em crises diversas e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como expressão de um mundo multipolar, que se libera da hegemonia imperial europeia e norte-americana. Em 2025 os BRICS recebem novos membros: Egito; Emirados Árabes; Etiópia; Irã e Indonésia, além de diversos países parceiros e diversos interessados em participar do grupo.

Toda vez que escutamos expressões como “países desenvolvidos”; “países emergentes”; “em desenvolvimento”, “desenvolvidos”, está presente, é claro, um modelo de desenvolvimento. Há um caminho que todos devem seguir para chegar até ao desenvolvimento, e o modelo de desenvolvimento está posto. Poderíamos visitar Hegel, como filósofo moderno, em meio a quase todos os outros filósofos modernos ou modernizados conhecidos, e concluir que, a grande meta é nos tornarmos, todos nós, germânicos. Como isto é impossível, passaremos o tempo procurando copiar, imitar o grande civilizado. Assim, não passaremos de cópias.

2.4 Universalismo europeu⁴

A partir da uniformização, do pensamento binário subalterno e da concepção linear da história, a lógica moderna vai se revelando. Se tudo precisa ser uniformizado, se a diferença e a diversidade devem ser ocultadas; se há sempre um “nós” superior, e um “eles” inferior e se este “nós” superior, na sua missão de padronizar, uniformizar, exerce uma função civilizatória, logo, a conclusão seguinte é que, este projeto único, linear e totalizante, tem a pretensão de ser universal. Esta é sua vocação, ou poderíamos dizer, numa forma ideológica (aqui empregado o termo ideológico como distorção e encobrimento proposital), a pretensão de universalidade da civilização, da filosofia, da epistemologia, da religiosidade e das ciências modernas ocidentais, faz parte da essência dessa modernidade. Se enquanto projeto, a modernidade, a universalização de tudo produzido por este ocidente, é uma meta, enquanto ideologia, o universalismo europeu enquanto um universalismo supostamente universal é da essência desta mesma modernidade.

Assim descobrimos mais um ponto essencial da modernidade hegemônica: aqueles que se tornam hegemônicos passam a ter a possibilidade (poder de dizer) de construir os significados, de atribuir sentido ao mundo, às palavras, fatos, ideias. Assim o “nós” hegemônico dirá o que é ciência, o que é filosofia, qual a epistemologia e quais valores são os verdadeiros. Ora, a equação é simples: se eu posso dizer o que é a ciência, logo, ciência, será aquilo o que faço, e não ciência o que o outro “eles” subalternizados fazem.

2.5 Indivíduo

A ideia de indivíduo é uma invenção moderna não compartilhada por outras culturas, assim como dificilmente encontrada em outro tempo histórico que não a modernidade europeia. A construção da ideia de indivíduo e a sua posterior expansão, reprodução e aprofundamento, será a base de incontáveis reflexões, livros, teorias, autores, em diversos campos modernos do saber fragmentado, na economia, direito, filosofia, política, e mesmo em ciências naturais e exatas. A ideia inicial, que nos interessa nesta classificação é o momento de separação do “indivíduo livre e racional”, homem branco, europeu, da natureza, vista como selvagem, incluindo nesse conceito, em bom período da modernidade, a mulher.

Esta separação moderna explica o que virá a seguir, a transformação da natureza selvagem, que deve ser domada pelo homem e servir a sua satisfação. A natureza é transformada em uma espécie de almoxarifado para o homem; os animais são coisificados e muitas vezes classificados segundo a sua serventia para o homem, como alimento, pele para casacos, sapatos, como enfeite, decoração e as mulheres devem obediência ao homem, não podendo exercer diversas atividades por falta de capacidade e o seu corpo para a satisfação do homem.

2.6 Recursos naturais

⁴ Ler WALERNSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

Trata-se da consequência da separação do indivíduo, homem branco europeu da natureza. A natureza é compreendida como recurso, como algo a ser explorado e domado pelo homem moderno como mencionado anteriormente. Esta compreensão inventada pela arrogância do homem branco nos traz até a presente crise climática, social, ética, enfim, civilizacional.

A partir da compreensão desses eixos que marcam e identificam a racionalidade moderna, vamos trabalhar alguns marcos de ruptura com a modernidade, que podem representar o novo constitucionalismo democrático latino-americano (ou melhor, indo-afro-latino-americano).

3 PALAVRAS FINAIS

O Estado moderno não pode tolerar dissidências, diversidades, alternativas. A sua existência depende de uma identidade a mais padronizada possível. Por isto a reação sempre desmedida, radical, a qualquer tentativa de autonomia. O moderno deve ser impor de forma contundente, radical, sem negociação com uma outra coisa, um outro fazer e uma outra forma de ser. Canudos e um exemplo desta violência contra a autonomia coletiva.

O combate às dissidências políticas é uma constante na história do Estado. Mesmo nas democracias constitucionais está bem expresso o que é permitido escolher e o que está fora de questão, excluído das possibilidades de escolha. Talvez o proibido seja muito superior ao permitido e apenas em formas alternativas, extremamente combatidas e hoje comprometidas, como o Estado Plurinacional, a diversidade seja uma escolha mais ampla.

A modernidade hegemônica, branca e machista convive com a eugenia, o controle dos corpos, a biopolítica, o rebaixamento constante e a humilhação do outro(a) subalterno(a). A racionalidade moderna permite a convivência com o genocídio. Vivemos genocídios agora, vivemos vários durante a construção do sistema mundo colonial moderno, que grita e extermina em público, na sua violenta agonia final. A diversidade vencerá. O amor vencerá o ódio e a ignorância: o ignoródio. Marca da modernidade colonial europeia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O velho que acordou menino**. São Paulo: Editora Planeta, 2005.

CORONIL, Fernando. **The Magical State: Nature, Money and Modernity in Venezuela**. Chicago: Chicago University Press, 1997.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

SEMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2009.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past**: Power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1995.

WALERNSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

ZIZEK, Slavoj (compilador). **Ideologia, un mapa de la cuestión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

ZIZEK, Slavoj. **Plaidoyer en faveur de l'intolerance**. Castelnau-le-Lez: Édition Climats, 2004.